

Proposta 41 – TEMA EXTRA (Carta)

O projeto de Lei do ex-deputado federal, agora senador, Romário (PSB-RJ) obriga a introdução da disciplina Constitucional, com aulas de direito constitucional, noções do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e reforço dos valores morais e cívicos da sociedade, nas escolas de ensino fundamental e médio. Confira abaixo o projeto, no **TEXTO I**:

TEXTO I:

Art. 1º - Os arts. 32 e 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32
.....

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, do exercício da cidadania, da tecnologia, das artes e dos valores morais e cívicos em que se fundamenta a sociedade;
.....

§ 5o O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, a disciplina Constitucional, além de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.
.....” (NR)

“Art. 36
.....

IV – serão incluídas a disciplina Constitucional, a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.
.....” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Confira, também, a justificativa do deputado:

A promulgação da Constituição Federal de 1988, que completou 25 anos este ano, foi o grande marco da restauração da democracia no Brasil e a renovação do orgulho cívico no país.

Foi a maior movimentação política de várias classes sociais, sindicais e das minorias já registrado na história da nação brasileira, marcada pela conquista de direitos individuais e a liberdade de expressão.

O objetivo deste projeto de lei é expandir a noção cívica dos nossos estudantes, ensinando-lhes sobre seus direitos constitucionais, como cidadão e futuro eleitor, e, em contrapartida, aprenderem sobre seus deveres.

Ao completar 16 (dezesseis) anos o jovem brasileiro tem a faculdade de tirar seu título de eleitor e exercer seu direito de cidadão, que é escolher seu representante político através do voto, iniciando sua participação ativa nos assuntos da sociedade.

Esses jovens estudantes já têm uma base educacional sólida ao cursar o ensino médio para compreender a importância de ser um cidadão consciente e as consequências geradas à gestão pública ao escolher um candidato despreparado ou ficha suja.

Especialmente após as manifestações de junho deste ano, tornou-se necessária maior atenção aos nossos jovens, quase adultos, que nos remetem à lembrança dos caras pintadas de outrora.

Desta forma, certo da compreensão dos nobres Pares sobre a relevância deste Projeto, espero o apoio de Vossas Excelências em sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2013.

ROMÁRIO

Deputado Federal – PSB/RJ

Há, porém, opiniões que entendem o PL como desnecessário. Em entrevista ao site R7 Notícias, uma especialista em educação apresenta sua justificativa:

TEXTO II:

Para a especialista em educação da UnB (Universidade de Brasília) Livia Borges, a proposta é desnecessária, porque o tema sugerido por Romário já é contemplado em várias disciplinas que integram o currículo escolar atual.

A professora acredita que uma proposta que modifique a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) deve ser amplamente discutida com a comunidade escolar, por meio de audiências públicas, e lembra que não é mudando a legislação que se garante melhor formação para os alunos.

— Não é uma lei por si só que garante que a temática da disciplina estará presente na formação das crianças e dos jovens. É preciso ver a educação na sua totalidade e não apenas como uma disciplina que deverá ser obrigatória no currículo da educação básica.

Conhecendo o projeto, a justificativa do deputado e uma das opiniões contrárias, sua tarefa é redigir uma **carta argumentativa** que convença **um dos interlocutores** de que ele está equivocado quanto às ideias expressas em seu projeto/crítica.

Instruções:

- Tente montar um esquema de “Planejamento de Texto” seguindo a estrutura que você conheceu ao longo das aulas.
- Assine sua carta apenas com suas iniciais. Qualquer marca que torne possível a identificação do candidato costuma desclassificá-lo.